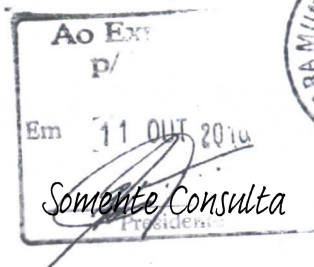




ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Câmara Municipal de Mangaratiba**



Projeto de Lei n.º 58 /2016.

**Dispõe sobre o registro da não entrega de medicamentos e da não prestação de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde em Mangaratiba e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Mangaratiba, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte, Lei:

Art. 1º - Em qualquer procedimento previsto no Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do território do Município de Mangaratiba, o paciente terá o direito de ser registrado no seu formulário de prontuário, de receituário, de requisições de exames, de encaminhamentos, de cirurgias, o registro dos motivos da não entrega de medicamentos e o não atendimento pelo órgão ou profissional responsável requisitados.

§ 1º - O paciente será incluído nas próximas entregas de remédio e nos atendimentos, dentro do prazo mínimo estabelecido por lei ou pelas condições de atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 2º - No registro do não atendimento, além dos motivos e prazos, deverá constar nome completo, função, número de matrícula do profissional responsável requisitado.

Art. 2º - Deverão ser afixadas nos locais que atendam ao público, utilizando os procedimentos previstos no Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do território do Município de Mangaratiba, placas com a informação do direito previsto nesta Lei, com a seguinte redação: "É seu direito receber formalizado o registro do não atendimento dos procedimentos previstos no Sistema Único de Saúde - SUS".

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2016

*Somente Consulta*

Alan Campos da Costa  
(Alan Bombeiro)  
Vereador Autor

**ARQUIVE-SE**

Em 02/05/16

*Somente Consulta*

**PRESIDENTE**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Somente Consulta*



**Câmara Municipal de Mangaratiba**  
**JUSTIFICATIVA**

Mangaratiba carece de leis que beneficiem os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) tendo em vista as inúmeras reclamações da sociedade sobre os mal serviços prestados no nosso Município.

O principal objetivo desta proposição é beneficiar toda população que necessita do SUS e, muitas vezes, não tem seu pleito atendido de imediato.

A proposta determina o Registro do Não Atendimento nos procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do território do município em que o paciente terá o direito assegurado de ser registrado no seu formulário de prontuário, de receituário, de requisições de exames, de encaminhamentos, de cirurgias, e outros, o registro dos motivos da não entrega de medicamentos e o não atendimento pelo órgão ou profissional responsável requisitados, por exemplos.

Tal prática certamente irá facilitar e reduzir o tempo e o trabalho do paciente que, caso precise ir à Justiça solicitar que sua necessidade de saúde, momentânea ou frequente, seja atendida logo, considerando que é uma tramitação necessária e solicitada pelo Poder Judiciário.

Deste modo, busca-se o aperfeiçoamento no atendimento dos serviços de saúde no Município de Mangaratiba e um grande ganho para a população que há tempos sofre com a falta das coisas mais básicas oferecidas pelo sistema. Com isso, a lei irá oferecer instrumentos de políticas públicas de estatísticas e de fiscalização da demanda reprimida pelo não atendimento ao cidadão que busca o atendimento, respeita a fila de espera e, no momento de ser atendido, ele não existe de forma suficiente, tanto para consultas médicas, quanto para os demais atendimentos de exames laboratoriais, entre outros.

Ressalte-se que idéia principal da criação desse lei é dignificar a pessoa humana nos atendimentos públicos e ter elementos suficientes para se aplicar as legislações federal e estadual, as quais definem prazos mínimos e máximos para determinados atendimentos e procedimentos de saúde pública e privada, fazendo-se então necessário o registro do não atendimento nos procedimentos SUS em nosso município.

Portanto, peço a compreensão e o apoio de meus Pares para que seja aprovada a presente proposição nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, de outubro de 2016

*Somente Consulta*

Alan Campos da Costa  
(Alan Bombeiro)  
Vereador Autor